



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 117	
Processo	nº
6.947/91	
Rubrica	

PROCESSO Nº 6.947/91

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Administração do DF – SEA/DF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: Pedido de Reexame (fls. 103/106) contra a Decisão nº 10.138/99 (fl. 97), que considerou **ilegal** a aposentadoria do servidor **MANUEL GOMES SOBRINHO**, matrícula nº 04.158-0, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão XXV, fundada no artigo 40, inciso III, alínea "b", e § 4º da CRFB, com as vantagens do art. 184-II, da Lei nº 1.711/52 (ato de fl. 6), e determinou a exclusão do tempo inatividade respaldado na Lei nº 92/90 da contagem para efeito de magistério, ATS, Licença Especial e Padrão, bem como que considerou legal a reversão do servidor, com a retificação do ato para correção do posicionamento (Padrão a que faz jus). Conhecimento pelo Tribunal (fl. 114), conferindo efeito suspensivo à decisão recorrida, com a restituição dos autos à 4ª ICE para análise de mérito.

**No mérito, pelo não provimento do recurso.
Mantença da decisão recorrida.**

Senhora Diretora:

Cuidam os autos da aposentadoria de **MANUEL GOMES SOBRINHO**, após a reversão à atividade com fulcro na Lei nº 92/90, cumulada com Pedido de Reexame contra a Decisão nº 10.138/99 - fl. 97.

2. A primeira inativação do servidor se deu em 1977, nos termos da Lei Complementar nº 30/77, sendo considerada legal em 24.05.79 (fl. 71).

3. Em análise do presente feito, o Tribunal considerou legal (item I, da Decisão nº 10.138/99 - fl. 97), também, a sua reversão ao serviço ativo, ocorrida em 1990, com fulcro no artigo 1º, da Lei nº 92/90. Contudo, nos termos dos itens II e III, da citada decisão, negou registro à nova aposentadoria especial-magistério do mesmo, efetivada em 1991, visto que o tempo de inatividade (**4.665** dias – de 19.12.77 a 26.09.90), não se presta para esse fim e, tampouco, para efeito de ATS, Padrões e Licença Especial. Nesse sentido, solicitou-se, inclusive, a posterior retificação do ato de reversão, para correção do posicionamento (Padrão) do interessado.

4. Inconformado, o servidor, por intermédio do seu representante, ingressou com Pedido de Reexame a este Tribunal (fls. 103/107), o qual foi conhecido pelo Plenário desta Casa, consoante Decisão nº 1.606/2000 (fl. 114), conferindo-lhe efeito suspensivo, para posterior análise de mérito.

Das Alegações do Recorrente:



5. Em suas alegações, o representante legal do servidor destaca que o E. Tribunal de Justiça do DF já firmou jurisprudência acerca da Lei nº 92/90, citando como exemplo dois julgados (Mandados de Segurança nº 3.543/93 e nº 3.584/93).

6. Salaria que aquela Colenda Corte reconheceu como líquido e certo o direito dos postulantes à contagem do tempo de inatividade para efeito de magistério, com todas as vantagens decorrentes e, ao final, requer a reconsideração da decisão recorrida, com vistas a adequá-la à jurisprudência do TJDF, com a manutenção da concessão na forma deferida pela Administração.

Do Mérito:

7. O posicionamento deste Tribunal, exarado em diversas oportunidades, é no sentido da possibilidade de aproveitamento do tempo de inatividade, com respaldo na Lei nº 92/90, tão-somente, para aposentadoria comum, **não** sendo apto, portanto, a produzir qualquer outro benefício (não gerando efeitos para tempo de magistério, ATS, Padrão, Vantagem do artigo 184-II, Licença Especial, etc).

8. Saliente-se que, quando da análise do Processo nº 3.750/90 (Decisão nº 1.328/96), de interesse de **Lia Marlene Cascaes Sabino**, o Tribunal, a par de que diversos servidores haviam obtido êxito em demandas judiciais, as quais garantiram-lhes a manutenção dos benefícios decorrentes da aplicação da Lei nº 92/90, decidiu: *“II - reiterar entendimento emergente dos próprios autos (fls. 90), contrário à extensão administrativa de decisão judicial não emanada do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional, a outros processos em curso nesta Casa; III - dar ciência à 4ª ICE sobre a impossibilidade da extensão administrativa das decisões judiciais referentes à Lei nº 92/90”*.

9. Em face desse entendimento (Processo nº 3.750/90), por intermédio da Decisão nº 6.904/96, havia determinado o Tribunal, à época, a remessa do Processo nº 224/91 (de interesse de **Noélia Ramos Botelho**) à 4ª ICE para que efetuasse a atualização da instrução nele exarada.

10. Dessarte, tendo em conta a inexistência de ADIn no STF, suspendendo a eficácia da Lei nº 92/90 e, ainda, informação desta Inspeção **“pressupondo a inexistência de decisão judicial favorável à interessada, Sra. Noélia Ramos Botelho...”** diante da ausência naqueles autos **“...de qualquer notícia ou documento nesse sentido”** decidira esta Corte de Contas pela manutenção do cômputo do tempo de inatividade, **apenas** para efeito de aposentadoria comum (Decisão nº 7.925/97). Ressalte-se que esse posicionamento prevaleceu nos demais casos, inclusive no que ora se analisa.

11. Note-se que, a ação judicial promovida por **Áurea Schiochet e outros** (Mandado de Segurança nº 3.543/93), foi apreciada pelo STF, em sede de Recurso de Agravo Regimental, em Agravo de Instrumento. Embora o Acórdão proferido no referido Agravo tenha sido favorável aos impetrantes da ação, o mesmo não tem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 119	
Processo	nº
6.947/91	
Rubrica	

efeito vinculante, inexistindo, conforme indicado, decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria de ADIn, acerca da Lei nº 92/90.

12. Por conseguinte, desta feita, *in casu*, não se vislumbra na análise das novas peças trazidas à baila a existência de “fato novo” que possa influenciar no deslinde da questão, visto que não há comprovação documental, e/ou por consulta via Internet, de que o servidor **Manuel Gomes Sobrinho** tenha sido beneficiado com ações judiciais inerentes à Lei nº 92/90.

13. Registre-se, por oportuno, que em diversos feitos da espécie havia esta Corte de Contas, preliminarmente, concedido aos interessados o prazo de 30 (trinta) dias para que apresentassem as razões de defesa quanto aos fatos apontados, o que não foi o caso.

14. Ao apreciar o Processo nº 3.755/90 (Decisão nº 8.552/99), o Tribunal *“deliberou pelo sobrestamento dos processos que tratam de revisão de proventos com fundamento da Lei nº 92/90, bem como pela **suspensão do cumprimento das decisões que determinaram diligências** à Secretaria de Administração em relação a essa matéria, até que sejam examinadas as razões apresentadas pelos interessados em defesa da manutenção dos atos revisórios, dando-se à jurisdição a devida ciência”*. (grifamos).

15. Nesse sentido, ao tomar conhecimento da razões de defesa formulada pelo servidor Urumaju Rayol no Processo nº 2.436/86, o Tribunal nos moldes da Decisão nº 1054/2000 decidiu *“II – manter, integralmente, os termos da Decisão nº 6673/99, devido à ausência de fato novo que possa alterar o deslinde da questão, a fim de determinar a realização de diligência junto à Secretaria de Administração do Distrito Federal...”*, ou seja, manteve-se o entendimento inerente à impossibilidade de aproveitamento do tempo de inatividade para todos os fins.

16. Pelo exposto, sugere-se ao Egrégio Tribunal, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame de fls. 103/106, interposto pelo representante legal do servidor, devidamente qualificado à fl. 107, mantendo os termos da decisão nº 10.138/99, no sentido de:

I. considerar legal, para fim de registro, o ato de reversão do ex-professor Manuel Gomes Sobrinho, matrícula nº 04.158-0-SEA/DF;

II. considerar ilegal, com recusa de registro, a aposentadoria de Manuel Gomes Sobrinho, matrícula nº 04.158-0-SEA/DF, haja vista a falta de requisito temporal: o tempo de inatividade (4.665 dias - de 19.12.77 a 26.09.90) não se presta para o cômputo de efetivo magistério e licença especial;

III. determinar à Secretaria de Administração do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 120	
Processo	nº
6.947/91	
Rubrica	

(art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria, dentre as quais:

- a) excluir o tempo de inatividade para fim de concessão de licença especial, ATS, bem como de padrões, reposicionando o servidor em sua carreira à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício no cargo;
- b) retificar o ato de reversão de fl. 82, para reposicionar o servidor no Padrão correto, tendo em vista o disposto na alínea "a";
- c) observar, quando da concessão de nova aposentadoria, que o servidor, nascido em 26/7/22 (fls. 39 e 46), já implementou a idade (70 anos) necessária para a inativação compulsória.

À consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2000.

João Alberto Batista Rodrigues
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 378-6